



ANAIS

OS OBSTÁCULOS E BENEFÍCIOS DA CERTIFICAÇÃO ORGÂNICA: UM ESTUDO DE CASOS MÚLTIPLOS NO CENTRO - OESTE PAULISTA

AMANDA DOS SANTOS NEGRETI CAMPOS

amanda.negreti@unesp.br

FACULDADE DE CIÊNCIAS E ENGENHARIA (UNESP, CAMPUS DE TUPÃ/SP)

GUILHERME LALUCE RIBEIRO

guilherme.laluce@unesp.br

FACULDADE DE CIÊNCIAS E ENGENHARIA (UNESP, CAMPUS DE TUPÃ/SP)

ANDREA ROSSI SCALCO

andrea.scalco@unesp.br

FACULDADE DE CIÊNCIAS E ENGENHARIA (UNESP, CAMPUS DE TUPÃ/SP)

GESSUIR PIGATTO

gessuir.pigatto@unesp.br

FACULDADE DE CIÊNCIAS E ENGENHARIA FCE/UNESP

RESUMO: Diante da crescente preocupação dos consumidores com a qualidade e segurança dos alimentos, alguns mecanismos foram criados com a finalidade de atestar a conformidade de processos, produtos e/ou pessoas, como a certificação. Os alimentos orgânicos certificados demonstram a sua relevância ao informar e garantir ao consumidor sobre o produto ser isento de elementos químicos, não oferecendo riscos à saúde, assim como, meios produtivos que não agridem o meio ambiente. Entre alguns benefícios da certificação orgânica para os agricultores tem-se o acesso e permanência em mercados competitivos. Entretanto, há alguns obstáculos que são enfrentados por eles, como altos custos com a certificação, elevando as despesas. Assim, este artigo objetivou analisar os obstáculos e benefícios encontrados pelos agricultores que possuem certificações de orgânicos em seus produtos alimentares no Centro-Oeste Paulista. Trata-se de uma pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa, a qual utilizou o método de estudo de caso múltiplo para sua realização, cuja coleta de dados se fez por meio de entrevista a partir da elaboração de um formulário semiestruturado. A análise dos dados se fez por meio de análise de conteúdo. Os principais obstáculos identificados foram as adequações e a falta de compreensão dos agricultores sobre os requerimentos e processos exigidos pelas certificadoras, bem como os altos custos da certificação. Como principais benefícios, pode-se elencar o aumento de renda, acesso aos mercados, confiabilidade de consumo sobre o produto, fatores relacionados à saúde e conhecimento adquirido.

PALAVRAS CHAVE: Agricultores. Certificação. Alimentos orgânicos. Barreiras. Oportunidades.

ABSTRACT: In front of the growth of concern costumer's about food safety, some mechanisms were created to attest the conformity of processes, products, and people, like the certification. The organic food certificate demonstrates its relevance by informing the customer about the product being free of chemical elements, does not offer health risks, and the production has not harmed the environment. Some benefits from organic certification to farmers are to allow access and stay in competitive markets. However, they found some barriers, like high certification costs, increasing production costs. Thus, this article aimed "to analyze the barriers and benefits found by rural entrepreneurs who have organic certification in their food products in center-western of São Paulo state." The methodology used was the exploratory, qualitative approach, with the multi-case study, with the data collection instrument, the semi-structured form, and the content analysis for the data analysis. The main barriers identified were the producers met the requirements from certifying companies and high costs of certification. As main benefits, there are rent increasing, aces to market, reliability from consuming about the product, aspects linked with health and knowledge.

KEY WORDS: Farmers. Certification. Organic Foods. Barriers. Opportunities.

ANAIS

1. INTRODUÇÃO

A preocupação com a qualidade dos produtos alimentícios é crescente, especialmente no que se refere à sua segurança, devido à responsabilidade dos órgãos públicos em credenciar e atestar alimentos produzidos, determinar sua segurança e fornecer garantias ao público sobre a segurança dos alimentos (HATANAKA; BAIN; BUSCH, 2005; PERETTI; ARAÚJO, 2010). Foram vários os escândalos que envolveram o setor alimentício fora do Brasil, como o uso de carne de cavalo do Reino Unido (2013), o surto de salmonela na manteiga de amendoim nos EUA (2008-2009) e leite com melamina na China (2008) (ALI et al, 2017; SUN; WANG, 2019), e mesmo no Brasil, como a adulteração do leite no Rio Grande do Sul em 2014, e a Operação Carne Fraca em 2017. As crises sanitárias e polêmicas envolvendo os alimentos resultam em uma preocupação maior do consumidor com a qualidade alimentar (VIEIRA; BUAINAIN; SPERS, 2010; ALI et al, 2017). A fim de minimizar os riscos de segurança dos alimentos, alguns mecanismos foram criados para avaliar a conformidade de processos, produtos, sistemas ou pessoas (BOTONAKI et al., 2006; VIEIRA; BUAINAIN; SPERS, 2010; SUN; WANG, 2019).

Assim, a certificação tem se tornado cada vez mais presente, assegurando o cumprimento de requisitos em produtos e processos, atendendo mercados e consumidores mais exigentes, desenvolvendo uma maior coordenação na cadeia produtiva, e/ou posicionando a empresa em um nível diferenciado, ao fornecer informações e garantias sobre a mercadoria e seus processos de produção às partes interessadas (HATANAKA; BAIN; BUSCH, 2005; LEONELLI; ZÜGE, 2015).

Os mecanismos de certificação adotados pelas empresas permitem um compartilhamento de informações homogêneas sobre a qualidade de um produto, processo ou sistema entre os consumidores, fornecedores e serviços competentes (HATANAKA; BAIN; BUSCH, 2005; LEONELLI; ZUGE, 2015). Esses mecanismos levam a redução de assimetria de informações por permitir a identificação de dados adicionais relacionados à qualidade, sanidade dos produtos que muitas vezes são intrínsecos e imperceptíveis externamente (VIEIRA; BUAINAIN; SPERS, 2010; LEONELLI; ZUGE, 2015), a exemplo do que ocorre com a produção e comercialização de alimentos orgânicos, onde a certificação é um importante instrumento para informar e garantir ao consumidor que o produto adquirido seja orgânico (BROWN; HILLEGEIST, 2007).

O mercado de orgânicos tem se mostrado em plena evolução no Brasil e em todo o mundo. Apesar do mercado brasileiro ainda ter uma baixa participação em relação ao mercado internacional, tem apresentado evolução positiva em termos de produção, número de propriedades e área ocupada. Em 2018, a área mundial de produção de orgânicos foi de 71,5 milhões de hectares (ha), sendo 8 milhões ha (11,2 %) na América Latina e Caribe. Entre os países dessa região, o Brasil apresenta a terceira maior área, cultivando 1,19 milhões de ha por meio de 17.500 agricultores. (WILLER *et al.*, 2020). Entretanto, conforme destacado por Willer et al. (2020), a participação da produção orgânica sobre o total da produção agrícola brasileira é de 0,4%, enquanto países como Uruguai, Guiana Francesa e República Dominicana apresentam uma participação acima de 5%.



ANAIS

Entre os estados brasileiros, em 2019, os que apresentaram o maior número de produtores orgânicos cadastrados foram o Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo e Santa Catarina, representando 50% do total nacional (MAPA, 2019). O interesse dos produtores em se cadastrarem formalmente como orgânicos pode estar relacionado aos benefícios da certificação orgânica, que permite a permanência e o acesso em ambientes mais exigentes e competitivos, nos quais os produtores evitam a concorrência por preços e sim a diferenciação do produto, oferecendo alimentos relacionados às questões de saúde, bem-estar e preocupação ambiental (VILCKAS; NANTES, 2007).

Por outro lado, há obstáculos que influenciam no processo de certificação por parte dos produtores orgânicos, como o acesso limitado à assistência técnica, baixo nível de escolaridade dos agricultores, pouca participação em organizações sociais e recursos financeiros limitados e custos elevados com a certificação (BUAINAIN *et al.*, 2007).

Assim, no que se refere à baixa participação do Brasil, em termos da área para o cultivo de orgânicos sobre o total; a expressividade do estado de São Paulo, em número de produtores orgânicos cadastrados no país; os benefícios da certificação, e os obstáculos encontrados pelos produtores rurais no processo da certificação, houve a seguinte questão: Quais são os obstáculos e benefícios encontrados pelos produtores rurais de orgânicos?

Há estudos que compreendem a agricultura orgânica e o processo de certificação, como Ilea, Fitiu e Zac (2019), Zezza *et al.* (2020), Leitner e Vogl (2020), estudos que relacionam a certificação orgânica com os benefícios associados à sustentabilidade, como Liu *et al.* (2018), Partzsch, Zander e Robinson (2019), Tankam e Djimeu (2020). Contudo, poucos estudos abordaram sobre os obstáculos e desafios encontrados pelos produtores rurais no processo de certificação orgânica, como Veldstra *et al.* (2014) e Scalco *et al.* (2014), não sendo possível identificar estudos que compreendem os agricultores localizados na região do presente estudo, Centro-Oeste Paulista.

Nesse sentido, o presente estudo teve como objetivo analisar os obstáculos e benefícios encontrados pelos agricultores que possuem certificações de orgânicos em seus produtos alimentares no Centro-Oeste paulista.

A relevância desse trabalho visa em demonstrar a contribuição da certificação de orgânicos em relação aos benefícios encontrados pelos produtores da região estudada, bem como as principais barreiras e desafios que enfrentaram. Assim, busca-se contribuir com a literatura científica acerca dessa discussão e formadores de políticas públicas que desejam contribuir para com esses agricultores. De forma prática, a pesquisa visa contribuir com demais produtores que desejam obter certificação orgânica, ao analisar possíveis benefícios e obstáculos.

Assim, esse artigo foi estruturado em cinco seções, incluindo essa introdução. A segunda seção apresenta a revisão teórica, posteriormente, os procedimentos metodológicos, ao relatar as fases de execução do trabalho. Em seguida, os resultados e discussões, seguidas das considerações finais ao apresentar limitações da pesquisa e sugestões para futuras investigações.



ANAIS

2. REVISÃO TEÓRICA

De acordo com a FAO (1999) a agricultura orgânica é definida como “um sistema de gestão de cultivo holístico que objetiva otimizar a saúde e produtividade de comunidades interdependentes da vida do solo, plantas, animais e pessoas”. Assim, a agricultura orgânica também está relacionada a um dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), sendo o alcance da segurança alimentar e melhoria da nutrição, com base na disponibilidade de alimentos nutritivos em comunidades locais, bem como a promoção de uma agricultura sustentável, em razão desse tipo de produção ofertar e promover o consumo de alimentos considerados saudáveis, por meio do uso sustentável de recursos naturais (SHAMSI, et al. 2018; PNUD, 2020).

Para Shamsi et al. (2018) em nível do mercado internacional, o papel da agricultura orgânica em economias locais também é conhecido por sua capacidade de trazer um aumento da qualidade de vida, aumentar a renda per capita, e criar mercados locais relacionados a produtos agrícolas sustentáveis.

Em paralelo a esses fatores, também houve mudanças relacionadas aos comportamentos dos consumidores. Vieira, Buainain e Spers (2010) relatam que a qualidade de produtos in natura é motivo de preocupação dos consumidores quanto à segurança dos alimentos, pois o uso de agrotóxicos para o controle de pragas e doenças pode causar problemas relacionados à saúde humana e ao meio ambiente, como contaminação do solo, ar e água. Assim, Venancio, Silva, Rossi (2017) e Organisi (2019) relatam que os consumidores passaram a demandar alimentos orgânicos por estes produtos apresentarem características relacionadas aos aspectos de bem-estar e saúde.

Essas preocupações com a qualidade dos alimentos e com a saúde dos consumidores estão relacionadas à produção e distribuição ao longo das cadeias produtivas agroalimentares, envolvendo a produção, processamento e distribuição (SCALCO et al., 2020). Portanto, algumas mudanças foram necessárias nos fluxos das cadeias produtivas e no funcionamento do mercado mundial de alimentos. Como a produção agroalimentar orientada para processos, permitindo garantir elevados padrões de proteção e promoção da saúde humana (DE ALMEIDA; MICHELS, 2012).

Como consequência dos fatos que levam a mudanças na percepção dos consumidores a respeito dos alimentos, estes passaram a exigir certificados confiáveis, garantindo a existência de atributos relacionados aos métodos produtivos de forma orgânica e sustentável (MOOZ; SILVA, 2014).

A certificação é considerada como um sistema de monitoramento, com o uso de diversas ferramentas que objetivam reduzir assimetrias de informações entre os produtores/fabricantes, processadores e consumidores, demonstrando integridade dos processos e produtos. Durante o processo de certificação, os agentes utilizam diversos instrumentos, incluindo os legais, como normas e regulamentos, financeiros, como taxas, e instrumentos relacionados à comunicação, de modo a inter-relacionar os procedimentos de

ANAIS

controle entre o regulador e o regulamentado (BRAVO; SPILLER; VILLABLOBOS, 2012; LEITNER; VOGL, 2020).

No caso da certificação orgânica, há requisitos estabelecidos por meio de instruções normativas e documentos que estabelecem cada ação que os produtores deverão realizar a fim de obter essa certificação (MAPA, 2021).

No Brasil há três tipos de instrumentos de certificação para garantir produtos orgânicos de qualidade: certificação por auditoria, os sistemas participativos de garantia (SPG), ou a produção estar vinculada a Organização por Controle Social (OCS) (MAPA, 2020).

Em termos de comercialização dos produtos em ambientes comerciais, torna-se obrigatório o uso de um sistema de avaliação da conformidade, comprovando as práticas de manejo orgânico na produção. O produtor pode optar por dois sistemas de certificação: auditoria de terceira parte ou SPG (SCALCO *et al.* 2014).

A certificação por auditoria é realizada por certificadoras terceiras, públicas ou privadas, devidamente credenciada pelo MAPA e acreditada pelo Inmetro, que atestam os processos e autorizam o uso de selos nos produtos, bem como do cadastro do órgão público regulador (MAPA, 2020). Para Cuéllar-Padilla, Ganuza – Fernandez (2018) a certificação terceirizada é realizada por empresas que objetivam garantir que determinados padrões sejam atendidos ao longo da cadeia de suprimentos. As certificadoras terceirizadas não estão envolvidas em processos vinculados à produção, comercialização e consumo de alimentos e sim em inspecionar, de forma técnica, se os métodos produtivos respeitam as normas estabelecidas. Assim, há uma entidade imparcial, independente, com a capacidade de inspecionar e garantir a terceiros que o processo cumpre com as determinadas normas estabelecidas (LEITNER; VOGL, 2020).

Já o SPG, que também gera o selo aos produtos orgânicos, é caracterizado pela responsabilidade coletiva dos produtores organizados, regulamentados e registrados por órgão público competente, que estabelecem para si mecanismos de controles produtivos (SCALCO, *et al.*, 2014). Diferente da certificação por auditoria, o SPG não é constituído por inspetores independentes e sim pelos membros do sistema. A sua estrutura é constituída por Membros do Sistema, que são técnicos, produtores, consumidores, fornecedores, entre outros, e do Organismo Participativo de Avaliação de Conformidade (OPAC), que deve ser legalmente constituído (entidade jurídica) e credenciado junto ao MAPA (SCALCO, *et al.* 2014). O MAPA tem a responsabilidade formal, como emissão de documentos relativos ao funcionamento do SPG (MAPA, 2008). Assim, os Membros do Sistema, que de forma conjunta, definem os padrões de certificação e auxiliam a avaliação de conformidade, contribuindo para credibilidade do sistema de forma responsável e solidária (MAPA, 2008; SCALCO, *et al.* 2014).

A OCS (regulamentada pela normativa n.º 19/2009) é definida como um processo que gera credibilidade a partir da interação de pessoas ou organizações, sustentado no comprometimento, participação, confiança e transparência (MAPA, 2008). Para cadastrar uma OCS, além do registro junto ao MAPA, há procedimentos relativos ao controle social, que garantem o cumprimento dos regulamentos técnicos e rastreabilidade. Um comitê gestor é

ANAIS

criado e a legislação exige capacitação, planos de manejo orgânico e de plantio, visita entre agricultores, dentre outros, a fim de identificar a conformidade orgânica (CARNEIRO, 2016).

As OCS não geram selos, mas facilitam o acesso dos produtores a mercados específicos, comercializando seus produtos de forma direta, como feiras de orgânicos e/ou pequenos estabelecimentos comerciais (SCALCO *et al.*, 2014).

Independente do mecanismo de conformidade selecionado pelo agricultor, a certificação de produtos orgânicos é considerada como uma eficiente ferramenta de gestão dos empreendimentos, devido às exigências e auditorias frequentes que permitem uma melhoria contínua de processos produtivos (SAMPAIO; COSTA, 2012).

A venda de alimentos orgânicos certificados também permitem benefícios e oportunidades de acesso dos produtores a diversos canais de distribuição para a comercialização, como a venda sem intermediários, entre produtor e consumidor, promovido por meio de feiras e associações que estimulam o desenvolvimento local, bem como acessos em supermercadistas (MOOZ; SILVA, 2014). Assim, de acordo com o estudo de Leitner e Vogl (2020) para alguns produtores a certificação orgânica apresenta legitimidade do processo e produto, de modo a evitar fraudes de competidores. Há também a legitimidade da convicção dos agricultores, associada aos valores intrínsecos, como o comprometimento em manterem o controle e o padrão de processos sustentáveis (LEITNER; VOGL, 2020).

A busca por certificação orgânica também está relacionada à aplicação de preços prêmios, com base na qualidade e diferenciação desses produtos (VELDSTRA; ALEXANDER; MARSHALL, 2014).

Entretanto, há alguns obstáculos da certificação orgânica encontrados pelos agricultores, como exemplo, há a complexidade dos processos de certificação, onde constam normas e regulamentos que são considerados confusos e de difícil entendimento para os produtores rurais que, muitas vezes, não possuem recursos necessários e nem conhecem os meios para sua efetivação (FONSECA *et al.*, 2009; MOOZ; SILVA, 2014; LEITNER; VOGL, 2020). O mercado de orgânicos, que, pode ser considerado ainda incipiente, com exceção a algumas regiões e países específicos apresenta dificuldade de escoamento, em acessar mercados; a falta de apoio técnico por parte das certificadoras para a conformidade (FONSECA *et al.*, 2009).

Veldstra, Alexander e Marshall (2014) citam alguns obstáculos desse processo de certificação orgânica, como o período de transição, em que a certificação orgânica requer que os produtores utilizem práticas e adubos orgânicos no solo durante três anos. Porém, nesse período, os produtores não podem aplicar preços prêmios, por ainda não apresentarem a certificação. Esse fator faz com que alguns agricultores decidam não certificar. Outros fatores também foram considerados como obstáculos, como altos custos relacionados aos insumos, demais custos financeiros, como taxas exigidas pelas certificadoras, processo de certificação considerado confuso pelos produtores e perda de liberdade, relacionado ao que eles podem ou não realizar em suas produções.

ANAIS

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A fim de atender ao objetivo proposto, a presente pesquisa foi classificada como exploratória, de abordagem qualitativa, e utilizou como método o estudo multicase. O instrumento de coleta de dados foi o formulário semiestruturado e a análise dos dados se baseou na análise de conteúdo. O espaço de análise restringiu-se aos empreendimentos rurais do Centro Oeste Paulista que comercializam alimentos orgânicos certificados, localizados especificamente nas regiões administrativas de Araçatuba e Marília (SP).

Gil (2002) recomenda o objetivo de pesquisa exploratório quando o problema de estudo é pouco conhecido e o pesquisador busca adquirir familiarização e/ou nova percepção sobre o fenômeno pesquisado. Assim, os pesquisadores objetivaram uma familiarização e novas percepções em relação ao tema de certificação orgânica no setor alimentício.

A metodologia de pesquisa empregada foi a abordagem qualitativa, que conforme Silva, Russo e Oliveira (2018) analisa os aspectos descritivos e percepções pessoais, buscando compreender os sujeitos envolvidos e analisar o contexto vivenciado. Nesse trabalho, essa abordagem permitiu analisar aspectos descritivos, como os obstáculos e benefícios identificados pelos empreendedores com certificação orgânica. Ainda permitiu análise do contexto vivenciado pelos pesquisados, como fatores econômicos e sociais.

O método de pesquisa utilizado foi o estudo de multicase, que para Yin (2005) permite investigar um acontecimento contemporâneo inserido no contexto na vida real. Portanto, esse estudo foi selecionado a fim de investigar os acontecimentos relacionados às certificações dos empreendimentos rurais, como as mudanças organizacionais, oportunidades de mercados, desafios e decisões tomadas pelos empreendedores diante do contexto da vida real. Para esta pesquisa, foram selecionados oito (08) casos, que está de acordo com Eisenhardt (1989), que considera ideal até dez (10) casos para o pesquisador realizar a análise dos dados coletados.

Para a coleta de dados, foi utilizado o formulário estruturado, baseado em perguntas elaboradas *a priori*, por meio da pesquisa bibliográfica estudada, permitindo uma melhor condução da entrevista, de forma coerente com as questões aplicadas, possibilitando analisar os obstáculos e benefícios no processo de certificação (LAKATOS; MARCONI, 2008). O formulário foi aplicado por meio de ligações telefônicas aos produtores de alimentos orgânicos certificados.

Em relação à análise dos dados, utilizou-se a análise de conteúdo, conforme o modelo apresentado por Hsieh, Shannon (2005), Elo, Kyngas (2007) e Bardin (2011). Essa análise é um conjunto de técnicas de análise das comunicações, com o uso de procedimentos de forma sistemática, permitindo a inferência em relação a indicadores, de forma a investigar os objetivos da pesquisa e descobrir o que está por trás dos conteúdos manifestos (BARDIN, 2011). Dessa forma permitiu inferir os indicadores “obstáculos” e “benefícios” das respostas dos pesquisados, em identificar o conteúdo além do conteúdo manifesto.

Assim, há três fases para a execução da análise de conteúdo, sendo: (a) pré – análise (organização dos documentos); (b) exploração do material (codificação); (c) tratamento dos resultados (inferência e interpretação das descobertas realizadas).

ANAIS

Durante a pré-análise realizou-se a leitura flutuante, e foi possível estabelecer contato com as respostas dos pesquisados, de forma orientada em função do objetivo da pesquisa definido, teoria a respeito de certificação de alimentos orgânicos e as respostas dos pesquisados. Ainda, durante essa fase, as conversas gravadas, sob a autorização dos respondentes, foram transcritas por completo constituindo o corpus a ser analisado.

A constituição de um corpus pode implicar algumas escolhas, seleções e regras, as principais regras aplicadas foram: exaustividade (transcrição total das respostas, sem omissão de dados), representatividade (os resultados obtidos da amostra dos pesquisados teve como objetivo representar o universo da pesquisa), homogeneidade (os dados coletados em relação ao mesmo tema: “certificação de orgânicos” e mesma técnica de coleta de dados para todos os pesquisados, a aplicação do formulário), pertinência (as respostas dos produtores foram consideradas pertinentes, correspondendo ao objetivo de pesquisa).

Conforme os autores Hsieh, Shannon (2005), Elo, Kyngas (2007) e Bardin (2011) a fase de exploração do material consiste na codificação, que corresponde à transformação dos materiais: recorte, enumeração e categorização. Assim, utilizou-se como recorte a unidade de registro por tema, permitindo levar a cabo a identificação das atitudes ou qualidades valorizadas ou desvalorizadas pelos pesquisados por meio de frases. Para o recorte utilizou-se o *software* Atlas.ti, para a seleção do tema “certificação de alimentos orgânicos”. As frases foram codificadas como “obstáculos” e “benefícios” a fim de identificar atitudes ou qualidades valorizadas sobre os principais obstáculos e benefícios com a certificação desses alimentos.

Como enumeração, utilizou-se da frequência das palavras, no mesmo *software*, as quais podem apresentar algum significado (fazer sentido) para o objetivo de análise escolhido. Assim, constituiu uma nuvem das palavras mais citadas. Quanto à categorização (agrupamento) de elementos em comum, selecionou-se o semântico, com o foco nos temas relacionados obstáculos e benefícios pelas falas dos pesquisados.

Para tratar os resultados, realizou-se a inferência na análise de conteúdo das respostas, por meio dos polos de atração em identificar as causas dos principais obstáculos e benefícios envolvendo a certificação, a partir dos efeitos, como exemplo, as ações e mudanças realizadas após a certificação. Para dar sentido à interpretação dos dados, utilizou-se o referencial teórico sobre a certificação de alimentos orgânicos como base (BARDIN, 2011).

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A fim de responder ao objetivo de pesquisa, apresentou-se primeiramente a caracterização dos produtores e dos estabelecimentos. Os produtores que responderam as pesquisas são proprietários de empreendimentos rurais, com idades entre 27 e 65 anos, sendo metade de cada sexo, demonstrando a igualdade de gênero na agricultura (FAO, 2019). Ainda, é importante ressaltar que do total de pesquisados (8), seis (6) possuem curso superior e três (3) desses realizaram cursos de pós-graduação. Quanto à caracterização dos estabelecimentos, conforme o demonstrado no quadro 1, identificou-se que os principais produtos produzidos e comercializados pelos produtores certificados são frutas e olerícolas, tendo como convergência a comercialização de alimentos *in natura*. Assim como, foi possível identificar

ANAIS

que não há alta diversidade de alimentos produzidos em um mesmo empreendimento, inclusive para os que vendem de maneira direta. Esses resultados podem ser explicados devido à economia de escala que os agentes muitas vezes desejam obter, em que o custo médio de unidades produzidas diminui com um maior volume de produção (MENDES, 2007).

QUADRO 1: Caracterização dos empreendimentos pesquisados

Certificado	Produtor	Produtos	Área (ha)	Renda mensal (orgânicos)	Tempo de certificação	Canal de vendas
Por auditoria	A	Frutas	1,8	> 10 mil	1,5 anos	Indireto (Distribuidor)
	B	Frutas e olerícolas	2,42	< 10 mil	1 ano	Indireto (Distribuidor)
	C	Olerícolas	7,26	< 5 mil	1 ano	Indireto (Supermercado e restaurante)
	F	Frutas	1	< 5 mil	3 semanas	Direto (Cesta de entrega)
	G	Frutas	30	> 10 mil	4 meses	Indireto (Distribuidor)
Participativa	D	Olerícolas	1	< 1 mil	1 ano	Misto (Ponto de venda direto, cesta de entrega e supermercado)
	E	Frutas e olerícolas	0,5	< 5 mil	4 anos	Direto (Cesta de entrega)
OCS	H	Olerícolas	11	< 1 mil	7 meses	Direto (feira do produtor)

Fonte: Elaborada pelos autores, a partir dos dados da pesquisa.

No que diz respeito à área produtiva, identificou-se que há uma variedade desde 0,5 a trinta hectares. Destaque para a propriedade G, que apresenta um maior número de espaço produtivo em comparação com as demais que apresentam uma área igual e/ou abaixo de onze hectares. Dentre os pesquisados que apresentam uma quantidade maior de área como os casos C, G e H, somente um (G) exibe uma renda acima de R\$ 10 mil. Ainda, o pesquisado A, mesmo com uma área abaixo de dois hectares também dispõe de uma renda acima de R\$ 10 mil. Esses resultados demonstram que a área produtiva e a renda não estão relacionadas de forma direta. O fator em comum entre os que apresentaram uma maior renda pode estar relacionado ao uso do canal de comercialização de forma indireta e terem certificação por auditoria (A, G). Contudo, essa associação não pode ser generalizada e conclusiva, sendo necessário realizar uma análise aprofundada de demais conjuntos de informações das propriedades que não estão presentes neste estudo.

Sobre o tempo do processo de certificação, não foi possível identificar uma diferença significativa entre aqueles por auditoria, de forma participativa ou por OCS. Em alguns casos (F, G, H) o tempo de certificação foi mais curto, que pode estar relacionado ao fato dos pesquisados terem iniciado a produção sem elementos químicos, antes da certificação.

Em relação ao canal de comercialização e o destino dos produtos, identificou-se que a maior parte (quatro) dos que apresentam certificados por auditoria utilizam intermediários. Desses, a maioria (90%) comercializa por meio de centros de distribuição, ao estar localizados em centros urbanos, com uma distância de, aproximadamente, 300 km do produtor. Esse resultado pode ser corroborado por Veldstra, Alexander e Marshall (2014) em que a comercialização de produtos orgânicos certificados é realizada em centros urbanos por

ANAIS

(2014), ao relatar que uma das dificuldades encontradas pelos produtores rurais é o atendimento das normas de produção orgânica, em que muitas vezes os requerimentos de processos das certificadoras são confusos para os agricultores.

Identificou-se também palavras relacionadas à certificação evidenciando sobre os benefícios, como “valor”, “fantástico”, “respeito”, “saúde”, “feliz”. Outras palavras como “credibilidade”, “acreditam”, “diferenciado” podem ser explicados de acordo com Moraes, Oliveira (2017) Veldstra, Alexander e Marshall (2014) devido à certificação orgânica permitir uma diferenciação ao atender consumidores preocupados com as questões de saúde e bem – estar, especialmente aqueles mais informados, de modo que o selo confere uma maior credibilidade às práticas produtivas.

Para a interpretação dos dados de inferência, retirados e analisados por meio das falas dos pesquisados, utilizou-se como código os seguintes termos: “obstáculos” e “benefícios”. A categorização foi semântica, a fim de agrupar as similaridades entre os significados das falas dos pesquisados relacionados aos obstáculos e benefícios no processo de certificação orgânica, conforme o demonstrado no quadro 2.

QUADRO 2: Principais obstáculos

Codificação	Categoria	Sub - categoria
Obstáculos	Processos de avaliação da conformidade	Burocracias / Documentações
		Investimento de infraestrutura (adequações)
		Organização do tempo com os procedimentos da certificação
		Lavouras próximas que usam agrotóxicos
		Tempo para a conquista da certificação
	Falta de Conhecimento	Dos produtores sobre os processos de certificação
		Técnico (práticas e aplicações) dos produtores
		Dos consumidores
	Financeiro	Custo de certificação
		Custos produtivos
		Nível de faturamento abaixo do esperado
	Preço final	Preço final alto do produto orgânico certificado
	Acesso aos insumos	Dificuldade de acesso aos insumos
	Canal de marketing	Canal de comercialização para a venda de orgânicos

Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos resultados da pesquisa

A partir do quadro 2, foi possível inferir que o maior número (5) de obstáculos encontrados pelos produtores no processo de certificação foram fatores relacionados aos processos de conformidade, como preenchimento de documentações, procedimentos burocráticos exigidos pelas certificadoras seja por auditoria, SPG e/ou OCS. Inclusive, um dos pesquisados (H) citou a probabilidade de desistência da certificação orgânica por essa razão. Esses resultados alinham-se com Scalco, et al. (2014) ao citarem que um dos fatores internos que podem influenciar a perda/desistência do certificado orgânico é a dificuldade dos produtores compreenderem e atenderem as normas de produção orgânica, conforme a legislação vigente do MAPA e/ou adequações exigidas pelas certificadoras, consideradas

ANAIS

burocráticas. Bem como, os resultados de Leitner e Vogl (2020), em que os requerimentos exigidos pelas certificadoras são muitas vezes considerados confusos para os produtores.

Outros fatores como adequações de infraestrutura, tempo dedicado e conhecimento dos produtores em relação aos procedimentos e aplicações também foram apresentados como um desafio e/ou obstáculo para os agricultores no processo de certificação. Esses resultados podem ser explicados por Scalco, *et al* (2017) ao relatar que as dificuldades de compreensão do cumprimento de processos e regras aplicáveis à produção orgânica podem estar relacionadas ao fato da regulação do setor orgânico ainda ser recente no Brasil, bem como falta de orientações de agências certificadoras em relação aos requerimentos a serem preenchidos.

Observou-se ainda que a falta de conhecimento dos produtores foi identificada em sistemas participativos e por auditoria. Como forma de superar essas barreiras, os produtores relataram que houve compartilhamento de informações com outros produtores, como aqueles que já apresentavam o selo orgânico. Para Scalco *et al* (2017), Leitner e Vogl (2020) uma forma de contribuir para a redução de incertezas e dificuldades dos produtores em relação aos processos de certificação é a capacitação técnica proporcionada por agentes de extensão a fim de orientar os produtores em cumprirem regras de aplicação e conformidade para a produção orgânica, com o intuito de facilitar a comunicação entre as partes interessadas e envolvidas.

Identificou-se também, de acordo com os pesquisados, a falta de conhecimento do consumidor. Entretanto, a literatura aponta para um cenário favorável de conhecimento e consumo de alimentos orgânicos, apresentando uma tendência positiva especialmente impulsionada pela classe média, na busca por alimentos saudáveis, como um dos motivos principais pela disposição de compra (ORGANIS, 2019; LIMA, *et al*, 2020).

Outros fatores relatados foram os custos relacionados aos processos de conformidade, a contratação de mão-de-obra, por envolver modo produtivo manual e o nível de faturamento abaixo do esperado, a partir dos investimentos realizados para a conquista do selo. Para Buainain *et al* (2007) os custos da certificação pode ser um importante desafio para a entrada e permanência de agricultores no mercado orgânico. Em que, há despesas como taxas de inscrição, inspeção, elaboração de relatório e análises químicas. Ainda, para Chousou e Mattas (2019) as práticas tradicionais e caseiras de produção aumentam o valor do produto comercializado, indicando que a produção alimentar é autêntica e não produzida em massa, o que também reflete no alto preço final do produto.

O preço final do alimento orgânico foi citado como um dos obstáculos, ao gerar uma perspectiva de vendas instáveis para um pesquisado. Esse resultado pode ser afirmado por Organismos (2019) que o fator preço (65%), seguidamente pela dificuldade de encontrar os produtos (27 %) e falta de costume (6%) são os principais motivos das pessoas não consumirem muitos alimentos orgânicos. Entretanto, mesmo que o fator preço seja considerado como uma ameaça, os consumidores de produtos orgânicos estão dispostos a pagarem um preço prêmio devido aos valores agregados, como aspectos saudáveis e questões do meio ambiente (RODRIGUES, BITTENCOURT; MEDINA-MACEDO, 2019).

Quanto ao nível de faturamento abaixo do esperado (dois produtores) e aos problemas relacionados aos custos de certificação (seis), foram relatados tanto por aqueles que apresentam certificados por auditoria, quanto por SPG e OCS. Para Cuéllar - Padilla, Ganuza

ANAIS

- Fernandez (2018) os custos financeiros de certificação por auditoria são mais dispendiosos comparado aos demais, por envolver taxas ao apoio técnico qualificado (auditores e gestores que constituem a certificação), manutenção da estrutura para a certificação e despesas com as visitas dos inspetores. Por outro lado, na SPG e OCS também há custos relacionados às despesas de viagens do grupo e pagamento de taxas em relação aos documentos exigidos.

Em relação ao acesso aos insumos e dificuldade de ponto de venda dos agricultores venderem os seus produtos, ambos estão relacionados ao canal de comercialização. Nos canais de vendas, MacInnis (2004) relata que há dificuldades de negociação em canais de comercialização para a venda dos alimentos orgânicos e, portanto, muitas vezes os produtores optam por cadeias curtas. Sobre os benefícios estão expostos resumidamente no quadro 3.

12

QUADRO 3: Benefícios

Tema	Categoria	Sub - categoria
Benefícios	Renda e acesso mercados	Rentabilidade / Retorno de investimento
		Garantia de preço
		Acesso a mercados
		Alta demanda por produtos orgânicos certificados
		Diferenciação e valor agregado do produto
	Confiabilidade	Credibilidade
	Saúde	Saúde para o produtor e colaborador
	Conhecimento	Aumento de conhecimento
		Conhecimento compartilhado

Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos resultados da pesquisa

A partir do quadro 3 foi possível identificar que os fatores relacionados à renda e acesso a mercados foram um dos temas mais identificados na pesquisa (5). Mesmo que alguns pesquisados relataram problemas relacionados à falta de retorno do investimento (2), outros (6) relataram que além do retorno do investimento aplicado, fatores como, garantia de preço, alta demanda por produtos orgânicos e diferenciação também contribuíram, de alguma forma, com a rentabilidade do empreendimento, conforme o exposto pelo pesquisado G:

A gente tinha duas opções ou vendíamos o sítio e não pagava conta ou a gente fazia alguma coisa diferente e nós encontramos a agricultura natural [...] tivemos mais certificação pra diferenciar nosso produto, pra gente poder agregar um valor a esse produto [...] nós conseguimos agregar valor com a certificação orgânica.

O custo da certificação a gente tira no mesmo ano [...] Estou colhendo mamão, se eu fosse vender no mercado convencional hoje, eu venderia a R\$ 0,50 o kg, estou vendendo esse mamão certificado orgânico a R\$ 3,00 o kg [...] [Antes da certificação] a gente acumulou uma dívida enorme no sítio [...] se a gente tivesse o certificado dois anos antes, a gente já tinha saído dessa dívida há muito tempo. (PESQUISADO G).

ANAIS

Para Bustamante-Lara e Schwentesius-Rindermann (2018) a certificação de alimentos orgânicos contribuem positivamente na venda dos produtos de forma lucrativa, pois além de venderem tudo o que produzem, trabalham com o que gostam de maneira saudável e, por sua vez, geram lucros. Ainda, é um meio considerado viável para a inserção e permanência dos agricultores em ambientes considerados competitivos, em que os produtores deixam de concorrer por preços e sim aderem à agregação de valor do produto, inclusive em mercados altamente lucrativos, como a exportação (VILCKAS; NANTES, 2007; MEEMKEN, 2020). Entretanto, mesmo diante da possibilidade de expandir mercados, identificou-se que muitos (6) não expandiram seus negócios, devido à sua baixa capacidade produtiva.

Quanto à diferenciação e credibilidade, tanto os pesquisados que comercializam de maneira direta como indireta relataram esse benefício relacionado à certificação. Para Chousou e Mattas (2019) o certificado de produção e origem orgânica é um dos indicadores que influenciam a percepção dos consumidores na autenticidade dos alimentos. Scalco, et al (2020) afirmam que na venda de produtos agroalimentares, mesmo em cadeias curtas, devido à confiança que muitas vezes é estabelecida entre consumidor e produtor, há a necessidade de informações formalizadas na embalagem para o consumidor ter uma percepção positiva dos produtos.

Os produtores relataram também, como benefício, a promoção de saúde e bem-estar dos que trabalham na produção, contribuindo para as melhores condições de vida, devido à ausência de elementos químicos, não oferecendo riscos à saúde (BUAINAIN *et al*, 2007). Ainda, o fato dos produtores acreditarem que há uma crescente demanda por produtos orgânicos certificados, pode estar relacionado ao aspecto de saúde e bem-estar, em que o selo de orgânicos permite uma diferenciação em atender consumidores cada vez mais preocupados com estilo de vida saudável e com o meio ambiente (MORAES; OLIVEIRA, 2017).

Inferiu-se o conhecimento como um dos benefícios proporcionados aos produtores, por meio da certificação orgânica, sendo adquirido por meio de pesquisas e interações com outros agricultores. Para Meek e Anderson (2020) a produção orgânica é, muitas vezes, enraizada em tradições, modos de saber fazer, diferentes sabedorias que podem ser compartilhadas entre agricultores, contribuindo com a biodiversidade e bem-estar do meio ambiente.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível identificar que, mesmo diante de barreiras e desafios apresentados pelo processo de certificação de orgânicos, como altos custos financeiros (investimentos, custos produtivos) houve o retorno dos valores investidos em alguns casos, em que o selo permitiu a diferenciação/agregação de valor nos produtos, promovendo a credibilidade nas transações comerciais e retorno lucrativo. A certificação possibilita produtores acessarem e expandirem outros mercados, em que muito dependerá de sua capacidade produtiva. A falta de conhecimento sobre os requerimentos exigidos pelas certificadoras é um dos obstáculos que podem ser amenizados com o auxílio das políticas públicas, a fim de esclarecer informações a respeito de documentações necessárias, assistências técnicas, cartilhas informativas com uma linguagem de fácil entendimento para os agricultores. Por outro lado, identificou-se que a

ANAIS

carência de conhecimento contribuiu para o compartilhamento de informações entre alguns agricultores, colaborando em suas relações sociais e com a saúde e meio ambiente.

Como limitação de pesquisa, esse trabalho não é uma amostra representativa de todos os produtores certificados das regiões administrativas estudadas. Sugere-se como estudo futuro a aplicação dessa pesquisa com outros tipos de certificações, e demais setores do agronegócio, e/ou em outras regiões de estudo, a fim de identificar os obstáculos e benefícios encontrados por produtores.

14

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 1ª edição – Revista e atualizada. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRAVO, P.C.; SPILLER, A.; VILLABLOBOS, P. Are Organic Growers Satisfied with Certification System? A Causal Analysis of Farmers' Perception in Chile. **Int. Food Agribus. Manag. Rev.** v. 15, n.1, p. 115–137, 2012.
- BROWN, S.; HILLEGEIST, S. A. How disclosure quality affects the level of information asymmetry. **Review of accounting studies**, v. 12, n. 2-3, p. 443-477, 2007.
- BUAINAIN; A.M., BATALHA M.O.; ALCANTARA, R.L.C.; CHAVES, G.L.D. **Cadeia produtiva de produtos orgânicos**. Brasília: MAPA/SPA, 2007.
- BUSTAMANTE-LARA, T. I.; SCHWENTESIUS-RINDERMANN, R. Perfil y situación de los productores que integran los tianguis y mercados orgánicos en México. **Agricultura, sociedad y desarrollo**, v. 15, n. 4, p. 507-530, dez. 2018.
- CHOUSOU, C.; MATTAS, K. Assessing consumer attitudes and perceptions towards food authenticity. **British Food Journal**, v. 1, n. 6, p. 1275 - 1290, 2019.
- CUÉLLAR-PADILLA, M.; GANUZA-FERNANDEZ, E. We Don't Want to Be Officially Certified! Reasons and Implications of the Participatory Guarantee Systems. **Sustainability**, v. 10, n. 4, p. 1142 - 1157, 2018.
- DE ALMEIDA, A. K.; MICHELS, I. L. O Brasil e a economia-mundo: o caso da carne bovina. v. 33, n. 1, p. 24 - 40, 2012. .
- EISENHARDT, K. M. Building theories from case study research. **Academy of Management Review**, v. 14, n. 4, p. 532-550, 1989.
- ELO, S.; KYNGÄS, H. The qualitative content analysis process. **Journal of advanced nursing**, v. 62, n. 1, p. 107-115, 2008.
- HSIEH, H.F.; SHANNON, S.E. Three Approaches to Qualitative Content Analysis. **Qualitative Health Research**, v. 15, n.9, p. 1277-1288, 2005.
- FONSECA, M. F. A.; BARBOSA, S.C.A; COLNAGO, N.F.; SILVA, G. R. Agricultura orgânica: introdução às normas, regulamentos técnicos e critérios para acesso aos mercados dos produtos orgânicos no Brasil. Niterói: **Programa Rio Rural: Manual Técnico**, v.19, 2009.
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION - FAO. **Putting family farmers at the centre to achieve the SDGs 2019**. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/ca4532en/CA4532EN.pdf>>. Acesso em: 08 mai. 2020.
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION – FAO. **Organic agriculture**. COAG/99/9 Rome: FAO, 1999.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- HATANAKA, M.; BAIN, C.; BUSCH, L. Third-party certification in the global agrifood system. **Food Policy**, v. 30, n. 3, p. 354-369, 2005.
- VI SIMPÓSIO EM GESTÃO DO AGRONEGÓCIO. **Desafios e Oportunidades à Gestão do Agronegócio com a Pandemia do COVID-19**, Jaboticabal-SP: 09 a 12 de junho de 2021.



ANAIS

ILEA, M.; FITIU, A.; VAC, S.C. Studies on technological characteristics of marin brandy production for certification as a local and organic product. **Journal of Environmental Protection and Ecology**, v. 20, n. 1, pp. 337-347, 2019.

LAKATOS, E.M., MARCONI, M.A. **Metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LEITNER, C.; VOGL, C.R. Farmers' perceptions of the organic control and certification process in Tyrol, Austria. **Sustainability (Switzerland)**, v. 12, n. 21, pp. 1-18, 2020.

LEONELLI, F. C. V.; ZÜGE, R. M. Certificação e rastreabilidade no agronegócio. In: ZUIN, L.F.S.; QUEIROZ, T., R. **Agronegócios : gestão, inovação e sustentabilidade**, cap. 6, p. 83-98.

LIMA, S.K. ; GALIZA, M.; VALADARES, A.; ALVES, F. **Produção e consumo de produtos orgânicos no mundo e no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2020.

LIU, N.; JIANG, X.; CHENG, J.; LI, H.; LI, W.; XUE, K.; HOU, L.; XIONG, Z. Current situation of foreign organic greenhouse horticulture and its inspiration for sustainable development of Chinese protected agriculture. **Nongye Gongcheng Xuebao/Transactions of the Chinese Society of Agricultural Engineering**, v. 34, n. 15, pp. 1-9, 2018.

MACINNIS, B. Transaction costs and organic marketing: evidence from US organic produce farmers. In: **2004 Annual meeting, August 1-4, Denver, CO**. American Agricultural Economics Association Agricultural and Applied Economics, 2004.

MAPA. **Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos 2019**. Disponível em: <www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos>. Acesso em: 20 mai. 2020.

MAPA. **Mecanismos de Controle para a Garantia da Qualidade Orgânica 2008**. Disponível em: <<http://www.prefiraorganicos.com.br>>. Acesso em: 14 ab. 2021.

MAPA. **O que são produtos orgânicos? 2020**. Disponível em: <www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/o-que-sao-produtos-organicos>. Acesso em: 20 mai. 2020.

MAPA. **Obter certificação de produtos orgânicos 2020**. Disponível em: <www.gov.br/pt-br/servicos/obter-certificacao-de-produtos-organicos-producao-primaria-vegetal>. Acesso em: 24 mai. 2020.

MEEK, D.; ANDERSON, C. R. Scale and the politics of the organic transition in Sikkim, India. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, n.5, v. 44, p. 657-672, 2020.

MEEMKEN, E.-M. Do smallholder farmers benefit from sustainability standards? A systematic review and meta-analysis. **Global Food Security**, n.2, v. 26, p. 13 -23, 2020.

MENDES, J. T. G. **Economia: fundamentos e aplicações**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

MOOZ, E. D.; SILVA, M. V. da. Cenário mundial e nacional da produção de alimentos orgânicos. **Nutrire**, v. 39, n. 1, p. 99-112, 2014.

MORAES, M. D. de; OLIVEIRA, N. A. M. de. Produção orgânica e agricultura familiar: obstáculos e oportunidades. **Desenvolvimento Socioeconômico em Debate**, v. 3, n. 1, p. 19-37, 9 nov. 2017.

ORGANIS. Associação de Promoção dos Orgânicos. **Panorama do consumo de orgânicos no Brasil 2019**. Disponível em: <<https://organis.org.br/wp-content/uploads/2020/04/PESQUISA-ORGANIS-2019-2020-04-24.pdf>>. Acesso em: 26 mai. 2020.

PARTZSCH, L.; ZANDER, M.; ROBINSON, H. Cotton certification in Sub-Saharan Africa: Promotion of environmental sustainability or greenwashing? **Global Environmental Change**, v. 57, n. 1, 2019.

PERETTI, A. P. de R.; ARAÚJO, W. M. C. Abrangência do requisito segurança em certificados de qualidade da cadeia produtiva de alimentos no Brasil. **Gestão & Produção**, v. 17, n. 1, p. 35-49, 2010.

VI SIMPÓSIO EM GESTÃO DO AGRONEGÓCIO. **Desafios e Oportunidades à Gestão do Agronegócio com a Pandemia do COVID-19**, Jaboticabal-SP: 09 a 12 de junho de 2021.



ANAIS

PNUD. PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Os objetivos de Desenvolvimento Sustentável**, 2020.

RODRIGUES, B. A.; BITTENCOURT, J. V. M.; MACEDO, L. M. Canais de comercialização para os alimentos orgânicos: um estudo no Sul do Brasil. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 36, n. 2, p. 26441, 2019.

SAMPAIO, F. G.; COSTA, M. S. N. Certificação e selos de Qualidade asseguram requisitos na produção. **Revista Meio Ambiente**, v. 1, n.11, p. 40 – 44, 2012.

SCALCO, A. R.; GANGA, G. M. D.; OLIVEIRA, S. C.; BAKER, G. Development and validation of a scale for identification of quality attributes of agri-food products in short chains. **Geoforum**, v. 111, p. 165–175, mai. 2020.

SCALCO, A. R.; PIGATTO, G. A. S.; PINTO, L. B.; OLIVEIRA, S.C.; COLTRO, J. F. Fatores limitantes e dificuldades no processo de certificação em propriedades rurais de produção de orgânicos. In: SOBER - Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 52, 2014, Goiânia. **Anais... Goiânia**, 2014.

SHAMSI, K.B.A.; COMPAGNONI, A. TIMPANARO, G.; COSENTINO, S.L.; GUARNACCIA, P. A Sustainable Organic Production Model for “Food Sovereignty” in the United Arab Emirates and Sicily-Italy. **Sustainability**, v. 10, n. 620, p. 2-18, 2018.

SILVA, L.F.; RUSSO, R.F.S.M.; OLIVEIRA, P.S.G. Quantitativa ou qualitativa? Um alinhamento entre pesquisa, pesquisador e achados em pesquisas sociais. **Pretexto**, v.19, n.4, p. 30-45, 2018.

SUN, S.; WANG, X. Promoting traceability for food supply chain with certification. **Journal of Cleaner Production**, v. 217, n. 20, p. 658-665, 2019.

TANKAM, C.; DJIMEU, E.W. Organic farming for local markets in Kenya: Contribution of conversion and certification to environmental benefits. **Canadian Journal of Agricultural Economics**, v. 68, n. 1, pp. 83-105, 2020.

VELDSTRA, M.D.; ALEXANDER, C.E.; MARSHALL, M.A. To certify or not to certify? Separating the organic production and certification decisions. **Food Policy**, v. 49, n.1, p. 429-436, 2014.

VENANCIO, L.; SILVA, V.G.; ROSSI, M.S.C. Perfil dos consumidores de alimentos orgânicos das feiras agroecológicas do estado de São Paulo. **R. N. Vig. Saúde**, v. 4, n.2, p. 27-37, 2017.

VIEIRA, A. C. P.; BUAINAIN, A. M.; SPERS, E. E. A segurança do alimento e a necessidade de informação aos consumidores. **Cadernos de Direito**, v. 10, n. 19, p. 21-37, dez. 2010.

VILCKAS, M.; NANTES, J. F. D. Agregação de valor: uma alternativa para a expansão do mercado de alimentos orgânicos. **Organizações Rurais & Industriais**, v. 9, n. 1, p. 26- 37, 2007.

WILLER, E. H.; SCHLATTER, B.; TRÁVNÍ, J.; KEMPER, L.; LERNOUD, J. The World of Organic Agriculture Statistics and Emerging Trends, **FIBL & IFOAM**, 2020.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZEZZA, A.; DEMARIA, F.; LAURETI, T.; SECONDI, L. Supervising third-party control bodies for certification: the case of organic farming in Italy. **Agricultural and Food Economics**, v. 8, n. 1, 2020.